

USO DA POLÊMICA POR SUJEITOS DA RELIGIÃO PARA “QUEBRAR” HEGEMONIAS DA FÉ

USE OF POLEMIC BY SUBJECTS OF RELIGION TO “BREAK” HEGEMONIES OF FAITH

Eduardo Assunção Francoⁱ

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos/POSLIN/FALE/UFMG

Resumo: Partimos da hipótese, neste artigo, de que a polêmica, como recurso argumentativo/retórico definido por Amossy (2017), pode ser utilizada por sujeitos da religião para estruturar novas confissões religiosas ou criar dissidências dentro da Igreja à qual pertencem. Nosso *corpus* é composto por alguns excertos do Alcorão, livro sagrado do Islamismo; e de duas teses de Lutero, que deflagrou a Reforma Protestante. A natureza de nossa pesquisa é qualitativa, com fontes secundárias. Nossa metodologia consistiu em selecionar dados primários, contidos no Alcorão e nas teses de Lutero, e, em seguida, analisá-los e interpretá-los. Foram considerados componentes da polêmica, como o dissenso e a erística. O referencial teórico que utilizamos é composto por estudos sobre polêmica realizados por Amossy (2017), Dascal (1988) e Kerbrat-Orecchioni (1980); além de pesquisas sobre retórica feitas por Reboul (2004), Meyer (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e Aristóteles ([1377-1403 a.C.], 2000); assim como publicações sobre religião de Chaunu (2002), Abdalla (1996) e Costa (1993). Os resultados que obtivemos confirmam nossa hipótese de que a polêmica cumpre um importante papel na religião, no sentido de gerar discussões necessárias, combater a opressão e “quebrar” hegemonias de ideias e grupos religiosos.

Palavras-chave: Discurso. Polêmica. Sujeito. Religião.

Abstract: We start from the hypothesis, in this article, that the polemic, as an argumentative / rhetorical resource defined by Amossy (2017), can be used by subjects of religion to structure new religious confessions or create dissent within the Church to which they belong. Our corpus consists of excerpts from the Qur'an, the holy book of Islam; and two of Lutero theses, which sparked the Protestant Reformation. The nature of our research is qualitative, with secondary sources. Our methodology consisted of selecting primary data, contained in the Qur'an and Lutero theses, and then analyzing and interpreting them. Components of the polemic were considered, such as dissent and eristics. The theoretical framework we use is composed of studies on polemic conducted by Amossy (2017), Dascal (1988) and Kerbrat-Orecchioni (1980); in addition to research on rhetoric by Reboul (2004), Meyer (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) and Aristóteles ([1377-1403 B.C.], 2000); as well as publications on religion by Chaunu (2002), Abdalla (1996) and Costa (1993). The results we obtained confirm our hypothesis that the polemic plays an important role in religion, in the sense of generating necessary discussions, combating oppression and “breaking” hegemonies of ideas and religious groups.

Keywords: Speech. Polemic. Subject. Religion.

Introdução

A polêmica, já tratada há algum tempo por filósofos, analistas do discurso, jornalistas e advogados, foi retomada recentemente numa pesquisa de Ruth Amossy (2017), que resultou no lançamento do livro *Apologia da polêmica*. Consideramos que o uso desse recurso argumentativo/retórico foi fundamental para que algumas confissões religiosas fossem fundadas e dissidências de outras se estabelecessem.

Como defendemos neste artigo, para que isso ocorresse foi essencial a ação dos sujeitos da religião. Postulamos que eles são líderes que se impuseram contra religiões hegemônicas e criaram dissidências. Muitos deles se valeram da polêmica para desencadear reformas no campo religioso, assim como criar vertentes dentro de determinadas Igrejas. Os sujeitos da religião ainda trouxeram novos elementos agregadores, que podem ter contribuído para que essas novas confissões religiosas se consolidassem e atraíssem um grande número de fiéis.

Na obra, Amossy (2017) retoma trabalhos sobre polêmica ou temas correlatos que já tinham sido tratados por autores como Schopenhauer ([1864], 2009), Dascal (1988) e Kerbrat-Orecchioni (1980). Chamaram a nossa atenção alguns elementos da retórica e da argumentação que ajudam a erigir e “alimentar” a polêmica, entre eles a erística e o dissenso. Uma constatação feita pela autora, que conseguimos relacionar diretamente com o campo religioso, foi que mesmo sendo contrário ao consenso, que se firma por meio de acordos, o dissenso pode ser positivo e contribuir para que impasses se resolvam e novas alternativas no campo religioso sejam estabelecidas.

Neste artigo, pretendemos desenvolver a discussão sobre o uso da polêmica, enquanto elemento retórico/argumentativo, por sujeitos da religião. Nosso objetivo principal é tentar comprovar como o uso de recursos polêmicos, como o dissenso e a erística, contribuíram para que hegemonias da fé fossem “quebradas” e novas igrejas ou dissidências se estabelecessem. Outros objetivos complementares são apresentar algumas estratégias argumentativas de certos sujeitos da religião e tentar provar que a polêmica, mesmo fugindo de acordos, pode ter fins construtivos.

O *corpus* que escolhemos para analisar é composto por alguns excertos do Alcorão, livro sagrado do Islamismo; e de duas teses de Lutero, que deflagrou a Reforma Protestante. A natureza de nossa pesquisa é qualitativa, com fontes secundárias. Nossa metodologia consistiu em selecionar dados primários, contidos no Alcorão e nas teses de Lutero, para, em seguida, analisá-los e interpretá-los. O referencial teórico utilizado é formado por estudos sobre polêmica realizados por Amossy (2017), Dascal (1988) e Kerbrat-Orecchioni (1980); além de pesquisas sobre retórica feitas por Reboul (2004), Meyer (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e Aristóteles ([1377-1403 a.C.], 2000). Também utilizamos publicações sobre religião de Chaunu (2002), Abdalla (1996) e Costa (1993).

Antes de entrarmos, efetivamente, nas discussões sobre a polêmica, vamos tratar de elementos da retórica e da argumentação. Entre eles, os acordos que, de certa forma, se contrapõem ao tema tratado por Amossy (2017), mas que nos farão ver, com mais clareza, como a polêmica pode ser valiosa nos âmbitos discursivo e religioso.

1 Retórica e Cristianismo

O objetivo principal da retórica é o de persuadir, o que a princípio a torna extremamente útil para líderes religiosos, que buscam quase sempre difundir suas crenças religiosas e conquistar novos fiéis. O problema é que a retórica que, segundo Reboul (2004), foi fundada na Sicília grega no ano de 465 a.C. com objetivos jurídicos, se sustenta por meio de fatos e verdades, ou seja, funda-se na racionalidade. Isso poderia ser um impeditivo para que a arte fosse usada pela religião, que se firma por meio da fé e de questões totalmente irracionais, como milagres, ressurreição e intervenções divinas, porém não é isso que verificamos.

Dois dos mais conhecidos filósofos gregos, Platão e Aristóteles, tomaram posições diferentes em relação à retórica. Reboul (2004, p. 18) comenta que para o primeiro, a retórica não merece crédito “porque lhe falta a ciência, especialmente a da justiça, única que concede o poder real e a felicidade”. Platão, que preferiu investir na dialética, talvez estivesse decepcionado com o uso indiscriminado da retórica pelos sofistas, acusados de banalizar arte e fazer uso dela com o único objetivo de vencer disputas no campo jurídico.

Existem controvérsias em relação ao papel dos sofistas no uso e desenvolvimento da retórica. O próprio Reboul (2004) reconhece a importante contribuição que o grupo deu a essa arte. O autor esclarece que deve-se aos sofistas o desenvolvimento da retórica por meio do estabelecimento do discurso persuasivo, assim como seu ensino sistemático e o uso de uma prosa ornada e erudita. Ele ainda afirma que vêm dos sofistas os primeiros resquícios do que constituirá a futura gramática.

Pupilo de Platão e tendo estudado na sua escola durante 20 anos, Aristóteles adotou uma postura diferente em relação à retórica. Mesmo sem dar-lhe grande importância, o filósofo procurou sistematizá-la e criar os três elementos básicos que se consagraram na sua estrutura: *ethos*, *logos* e *pathos*. Reboul (2004, p. 24) acrescenta que para Aristóteles a retórica não se reduzia apenas ao poder de persuadir, mas “é a arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta”.

Aqui vale tratar um pouco dos três elementos básicos que Aristóteles criou para a retórica. Em linhas gerais, o *ethos* diz respeito à imagem do orador diante dos seus interlocutores. Isso significa que dependendo da sua história e do seu comportamento, o orador pode ter mais ou menos credibilidade para aqueles que o ouvem ou assistem. O *logos* está relacionado aos argumentos, nos campos da verdade e da razão, que são usados pelo orador com o intuito de persuadir o público. Por fim, o *pathos* diz respeito aos efeitos emocionais que o orador tenta criar em seus interlocutores.

1.1 Problema no campo religioso

Trazendo esses três elementos da retórica para o campo religioso, verificamos a maneira pela qual eles podem ser usados pelo sujeito da religião, que pretende persuadir seus interlocutores sobre seus valores de fé e para que se convertam a alguma confissão religiosa. Observamos que há alguns mais favoráveis e outros menos. Eliminando o *ethos*, que diz respeito à credibilidade do orador e pode facilmente ser usado no campo religioso, percebemos que o *logos* é um impeditivo, já que para a religião é difícil se sustentar nos campos da verdade e da razão. No caso do *pathos*,

contudo, é possível reconhecer que há confissões religiosas que investem bastante nesse quesito de despertar a emoção nas pessoas. Isso fica evidenciado em algumas Igrejas evangélicas de ramo neopentecostal e nos grupos da Renovação Carismática Católica.

Meyer (2000), no prefácio do livro “Retórica das paixões”, de Aristóteles, explica o sentido desse elemento da retórica:

A paixão, por ser contingente, exprime a diferença no sujeito. Isso equivale a assimilá-la ao que no homem, em todo homem, exprime sua individualidade. Mas, ao mesmo tempo, ela conduz ao exclusivo, à rejeição, à negação sempre possível da humanidade do homem, substancialidade da substância humana. (MEYER, 2000, p. XXXVIII).

No livro, Aristóteles ([1377-1403 a.C.], 2000) discorre sobre algumas paixões que podem ser, facilmente, apropriadas por lideranças religiosas interessadas em conquistar novos fiéis por meio da persuasão. Entre elas, escolhemos “o amor e o ódio”, que acreditamos terem mais afinidade com o ambiente religioso. O filósofo explica o sentido dessas paixões:

Em geral, amamos os que amam intensamente seus amigos e não os desamparam, já que amamos sobretudo, entre os bons, os aptos a amar. (...) São causas do ódio a cólera, o ultraje, a calúnia. (...) A cólera é o desejo de causar desgosto, mas o ódio o de fazer mal, visto que o colérico quer notar o desgosto causado, enquanto ao que odeia nada importa. (ARISTÓTELES, [1377-1403 a.C.], 2000, p. 27).

Interessante observar a relação de alguns doutores e santos da Igreja Católica com os filósofos gregos. Um deles foi Santo Agostinho (354-430), cujos estudos e a linha filosófica mais alinhada ao “neoplatonismo” dominaram os centros de formação católicos do século IV até o século XII. Meyer (2000, p. XXXIX) salienta que “as paixões da multidão, as ambições dos homens de ação, o materialismo dos negociantes vai tornar-se, depois de Santo Agostinho, a própria essência das paixões”.

1.2 Santos se rendem aos gregos

Segundo Meyer (2000, p. XXXIX), “essa ‘reviravolta cristã” transformará em paixão a ilusão de um meio e um fim, quando o único fim deve ser o amor de Deus”. Em seus escritos sobre *A doutrina cristã*, Santo Agostinho ([397],1991, p. 140), que foi professor de Retórica em algumas universidades, entre elas a de Milão (Itália), antes de se converter ao Catolicismo, aos 32 anos de idade, ensina que a verdade não foi instituída pelos homens, mas “fundamenta-se de modo permanente na razão das coisas e foi estabelecida por Deus”.

No período em que lecionou retórica e mesmo depois de ter se tornado religioso, Santo Agostinho fez opção pelo neoplatonismo – que conheceu por meio de estudos da obra de Plotino (205-270), fortemente marcado pelo misticismo religioso. De acordo com Costa (1993, p. 13), “o neoplatonismo era visto nos meios cultos cristãos como a filosofia por excelência, capaz de dar à verdade revelada a fundamentação racional que lhe faltava”.

Costa (1993) afirma que nenhum outro pensador do Ocidente foi tão influente e teve sua linha filosófica utilizada por tanto tempo pela Igreja Católica quanto Santo Agostinho. A situação só começou a mudar no século XIII, quando surgiu um novo pensador que, com muito esforço, conseguiu impor suas ideias, embasadas na obra de Aristóteles. Trata-se de Santo Tomás de Aquino.

O pensamento aristotélico estava em voga na época, principalmente, porque se dera a tradução da obra do filósofo grego para idiomas latinos. Inicialmente, a cúpula da Igreja Católica não concordou com a mudança da linha filosófica. Isso porque, segundo Costa (1993), a filosofia aristotélica negava alguns dogmas fundamentais do Cristianismo, como a criação do mundo por Deus, a Providência Divina e a imortalidade da alma.

De forma hábil, Santo Tomás de Aquino conseguiu transitar, não sem ser criticado, no meio de mantenedores da filosofia platônica e inovadores que buscavam a linha aristotélica. Costa (1993, p. 19) esclarece que de forma, original, corajosa e revolucionária, o religioso criou o sistema tomista, que “se caracteriza pela presença de

exigências racionais, que, no entanto, nunca chegam a comprometer o conteúdo essencial da revelação cristã”.

2 Argumentação e os acordos

Ao longo dos séculos, a retórica foi perdendo prestígio e sendo deixada de lado no meio acadêmico. Um dos marcos da redução da sua importância se deu, no século XIX, quando ela deixou de fazer parte da grade curricular das escolas francesas. A situação prevaleceu até o início da segunda metade do século XX, quando foram publicadas algumas obras salientando a importância da arte da persuasão. Uma delas foi o “Tratado da argumentação – A nova retórica”, de Chaim Perelman & Olbrechts-Tyteca, em 1958.

Os autores belgas reúnem uma série de elementos que dão sustentação à argumentação, muitos deles derivados da retórica. Destacam-se as figuras do orador e do auditório, que se colocam no centro do palco onde se dá uma espécie de jogo argumentativo. O orador precisa reunir elementos, como verdades, fatos e lugares, que darão sustentação aos seus argumentos e cumprirão o objetivo principal da retórica, ou seja, persuadir o auditório.

Nosso objetivo não é nos aprofundar nesse tema, mas tratar especificamente de um elemento fundamental dentro do jogo argumentativo e que se contrapõe ao dissenso, analisado por Amossy (2017) dentro da sua proposta da apologia da polêmica: os acordos. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), que estudam detalhadamente os acordos, consideram que eles são fundamentais para que orador e auditório cheguem num consenso e a possibilidade de os argumentos serem persuasivos aumente.

Para os autores belgas (1996), os acordos fazem parte do ponto de partida da argumentação, tendo em vista que o orador nunca pode perder de vista o que pode ou não persuadir ou ser refutado pelo auditório. Quanto mais conhecimento tiver de seu auditório e utilizar elementos que sejam objetos de crença ou adesão, maiores serão as chances de o orador obter sucesso.

Para buscar estabelecer acordos no campo argumentativo, o orador precisa valer-se de elementos reais, como fatos e verdades, e também de recursos

especulativos, no caso as presunções. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) esclarecem que existem fatos provenientes de observação, supostos, convencionais, possíveis e prováveis. Diante dessa instabilidade, os fatos podem ser aceitos ou refutados pelo auditório.

As verdades, mesmo sendo mais complexas quando se trata de estabelecer uma definição ou negociá-las com o auditório dentro do jogo argumentativo, abrem uma senda para os oradores que atuam no âmbito religioso. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.77) comentam que “designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teoria científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência”.

Padres, pastores, imãs e outros oradores de temas religiosos se escudam em “verdades de fé” para tentar obter acordos com os auditórios, que buscam atingir. Quando, por exemplo, o pastor se refere ao milagre da multiplicação dos pães e peixes, no qual Jesus fez com que dois pães e três peixes rendessem o suficiente para alimentar 5 mil pessoas, os interlocutores deverão ter fé nesse milagre ou pelo menos disposição para deixar que o orador passe para a etapa seguinte, e apresente outros elementos que possam persuadi-los.

As presunções são outro recurso importante que o orador usa para chegar a um acordo com o auditório. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) comentam que mesmo gozando de acordo universal, as presunções exigem esforço do orador para atingir seus objetivos. Podemos presumir, por exemplo, que a bondade faz parte da natureza humana, porém há pessoas que poderão refutar essa presunção e contrapô-la com a crueldade dos terroristas. Caberá ao orador apresentar informações e dados estatísticos que mostrem que o percentual de pessoas que praticam atos terroristas é infinitamente menor do que as que não cometem crimes. Isso não garante, contudo, que o orador obterá êxito.

Os lugares nada mais são que repositórios de argumentos e se dividem em lugares de quantidade e de qualidade. No primeiro caso, o orador pode argumentar que show de música sertaneja, que reuniu 100 mil pessoas, fez mais sucesso que o show de música gospel, responsável por juntar 10 mil pessoas. Porém, outro orador que optar

pelo lugar de qualidade pode argumentar que as mensagens das músicas gospel trouxeram mais paz e esperança para o público, sem contar que neste show não houve bebedeira e brigas.

Como se vê, o orador dispõe de vastos recursos argumentativos para estabelecer um acordo com o auditório. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), assim como os estudiosos filiados à argumentação dentro da corrente da nova retórica, acreditam que os acordos são essenciais para que o orador apazigue os ânimos do auditório e consiga persuadi-lo. Tudo isso feito por intermédio da heurística, ou seja, do diálogo e da busca do consenso e do entendimento.

3 Polêmica e dissenso

Na direção oposta, há certos pesquisadores que acreditam que o uso da polêmica dentro do campo argumentativo não é uma alternativa ruim e que pode render bons frutos. Amossy (2017) propõe uma nova forma de tratar a polêmica, que possui, *à priori*, uma má reputação e é vista como um elemento negativo do jogo argumentativo. É curioso observar, contudo, como determinados segmentos fazem uso recorrente da polêmica e, quase sempre, com bons propósitos e resultados positivos.

A estudiosa cita o exemplo da mídia de referência, que parece ter predileção por pautas que possam gerar polêmica. Na opinião de Amossy (2017, p. 8) isso talvez se explique “pela incapacidade dos cidadãos, como pessoas políticas, de seguir regras do debate racional, ou ainda pela curiosidade insana que o público das mídias tem pelo espetáculo da violência verbal”.

Mesmo sendo cultivada em alguns meios, a polêmica e situações que levem ao desacordo não são bem vistas pela sociedade:

Em suma, nas concepções da comunicação e do debate herdadas da retórica e desenvolvidas nas abordagens contemporâneas da comunicação no espaço público, a rejeição do desacordo continua sendo central, e intimamente ligada a um ideal de razão e de harmonia social. Toda luta verbal que trata de um conflito sem chegar a um acordo é tida como desqualificada por considerá-la um tropeço no fracasso. (AMOSSY, 2017, p. 29).

Simmel (1955 *apud* Amossy, 2017) comenta que a contradição e o conflito precedem a unidade de espíritos e, de certa forma, ajudam a burilá-la. Mesmo reconhecendo o efeito negativo da discórdia nas relações interpessoais, o autor a considera funcional nos grupos sociais. Isso porque possibilita a interação das forças convergentes e divergentes, criando uma dinâmica que é fonte de vida.

Outro efeito positivo do conflito é apontado por Coser ([1956], 1970 *apud* Amossy (2017)). Para o autor, a divergência permite expressar a dissidência num ambiente de opressão. Consideramos que isso se dá, com alguma frequência, em ambientes religiosos, de trabalho e familiares. Os responsáveis pelo ambiente opressor tentam de todas as maneiras conter o fiel, o funcionário ou o filho “rebeldes”, determinados a romper esse controle. O resultado do conflito, no sentido de libertar essas pessoas, pode em muitos casos ser positivo.

Um dos elementos da polêmica analisados por Amossy (2017) é o dissenso. Ele é quase sempre visto como uma coisa ruim, relacionado à discordância e à diferença de opiniões, que podem redundar em violência. Conforme a autora (2017, p. 18), “em nossas sociedades democráticas, que procuram o consenso, as pronunciadas e prolongadas dissensões, testemunhando a incapacidade de se unir em uma opinião comum, são vistas como fonte de todos os males”.

Porém, com base em estudos feitos por filósofos da Grécia Antiga, que sistematizaram a retórica e definiram alguns gêneros discursivos, é possível verificar que o dissenso tem qualidades no campo argumentativo que ainda não são valorizadas por muita gente:

Aristóteles situa o deliberativo ao lado do jurídico (a cena do tribunal) e do epidítico (o cerimonial). Para ele, a deliberação, voltada para o futuro, permite buscar o caminho a seguir nos assuntos públicos ao discutir opções alternativas disponíveis para os cidadãos da *polis*. Ela supõe, portanto, que diferentes respostas, até mesmo contraditórias, possam ser trazidas a uma questão que envolve a cidade. A pluralidade de opiniões, e de soluções propostas, é respeitada. Nesse sentido, o dissenso é, sem dúvida, o motor incontestado da democracia. (AMOSSY, 2017, p. 19).

Quando se segue os ditames da retórica, Amossy (2017) explica que o que se busca, por meio da interação verbal, é uma resposta comum que ultrapasse essas diferenças. Não é fácil concordar que o dissenso, gerado pela polêmica, pode render resultados tão positivos quanto os acordos. Porém, isso pode se dar nos meios político, religioso, empresarial ou familiar. A ruptura de um ambiente viciado, corrupto e opressor pode abrir espaço para lideranças mais comprometidas com valores como liberdade, ética, dignidade, ou seja, com o bem comum. Ninguém garante, contudo, que sujeitos da religião, após romperem com igrejas corruptas e opressoras, não possam fundar outras que ajam dessa mesma maneira. Basta observar o cenário religioso brasileiro para confirmar que isso ocorre de fato.

4 Deusa da polêmica

A erística, forma de discussão agressiva com ataques verbais que fogem à regra da retórica tradicional, rege o “ringue” da polêmica. Conforme Amossy (2017), ela é derivada da deusa grega Eris, cujo irmão, Ares, é o deus da guerra. Reza a lenda, que Zeus lançou Eris no olimpo porque ela estava criando um clima ruim entre as divindades, ou seja, semeando a discórdia (tradução do seu nome para o latim).

Por aí já se vê que a erística é vista por oradores que valorizam o acordo como um elemento desagregador da retórica. Mesmo reconhecendo que “sob a sua égide, o debate se torna um combate sem escrúpulos e sem regras, uma arte da disputa em si mesma”, Amossy (2017, p. 21) adverte que alguns autores têm revisto sua posição em relação à erística.

A referida autora cita o exemplo de Douglas Walton (1998), notório especialista em lógica informal, que põe em dúvida o estado absoluto dos argumentos tanto no âmbito do correto quanto no das falácias. O autor salienta que isso só vai se definir, dependendo do enquadre contextual em que são utilizados. Walton alerta, no entanto, que o diálogo erístico privilegia os argumentos falaciosos e as táticas manipuladoras.

Isso significa que, mesmo reconhecendo o caráter beligerante da erística, há autores que destacam benefícios trazidos por ambientes discursivos, nos quais a polêmica se faz presente:

Para ele (Dascal), elas (interações polêmicas) não são um ato de resistência à razão pela obstinação de fazer triunfar sua própria posição, mas uma forma de atividade dialógica que, no domínio das ciências, permite compreender o sentido de uma teoria e de levar em conta as mudanças conceituais. Em outras palavras, o confronto e a luta de teses antagônicas têm um valor heurístico: eles geram a compreensão e até mesmo o saber. (AMOSSY, 2017, p. 39).

De acordo com Amossy (2017), inicialmente o uso da polêmica foi reservado à teologia. Isso significa que este é um elemento da argumentação bem enfronhado nos meios religiosos. Certamente, a polêmica era endemonizada pelas instituições religiosas, que sempre procuraram combater aqueles que questionavam seus dogmas, doutrinas e normas. Sujeitos da religião, como Maomé e Lutero, foram perseguidos por adotarem esse tipo de postura. A autora (2017, p. 60) esclarece que “o outro demonizado só pode ser excluído porque é impensável estabelecer um diálogo com Satã em pessoa”.

O certo é que essa metáfora, associando a polêmica ao diabo, pode ser mobilizada no sentido de fortalecer uma polarização, colocando as forças do bem (instituições religiosas) contra as do mal (os sujeitos da religião, que as questionam e criticam). O objetivo é quase sempre o mesmo de manter uma unidade das ideias, tornando mais fácil o controle e as práticas de opressão. Daí a importância da polêmica para “quebrar” essa hegemonia.

5 Sujeitos da religião

Nas diversas religiões, e mais especificamente no Cristianismo e no Islamismo, que são abordados neste artigo, o sujeito pode ser determinado. Por mais opressora que seja a confissão religiosa, o sujeito da religião poderá questionar as ordens que lhe são dadas e resistir às imposições, adotando atitudes nem sempre em conformidade com suas normas, doutrinas e dogmas.

Charaudeau (2009), na sua Teoria Semiolinguística, trata de quatro modelos de sujeito: de um lado o sujeito-comunicante (EU-c), que articula a comunicação; e o sujeito-enunciador (EU-e), uma espécie de máscara do primeiro para agir no campo da enunciação. De outro, o sujeito-destinatário (TU-d), idealizado pelo EU-c para absorver a comunicação; e o sujeito-interpretante (TU-i), com visão crítica e capacidade para refutar a comunicação. No nosso entendimento, o sujeito da religião equivale ao TU-i. Isso porque ele não aceita o ponto de vista oficial e procurar impor suas opiniões.

No Cristianismo, Jesus Cristo foi o fundador e, de certa maneira, o primeiro sujeito da religião que se posicionou contra a religião dominante, no caso o Judaísmo. Ele nasceu em Belém, em Israel, onde havia casos graves de injustiças econômicas e sociais. Jesus falava da existência de Deus, salientando sua discordância com a miséria, a violência e a opressão. No século VII, o profeta Maomé também contestou os problemas políticos e econômicos vigentes, criticou as lideranças do Cristianismo e do Judaísmo, instituindo o Islamismo e se impondo como sujeito da religião.

No período colonial, no Brasil, também houve líderes religiosos entre os povos indígenas e, mais tarde, entre os escravos, que não aceitaram a catequese e a opressão impostas pela Igreja Católica. Eles mantiveram suas crenças e se instituíram como sujeitos da religião. No mundo contemporâneo, surgiu e se expandiu o grupo denominado pelos estudiosos da religião como “sem-religião”. No Brasil, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, eles eram 8% da população. A grande maioria tem fé, mas não se vincula a nenhuma instituição religiosa.

De acordo com o *Pew Research Center*, em 2012, o grupo dos “sem-religião” era, no âmbito de crenças religiosas, o terceiro mais numeroso do mundo, reunindo 1,1 bilhão de pessoas. É provável que muitos dos integrantes do grupo dos “sem-religião” sejam sujeitos da religião, por se recusarem a aceitar o controle feito pelas igrejas e optarem por cultivar a sua fé, sem intermediários, em seus deuses e divindades.

Trataremos, a seguir, de dois exemplos, de sujeitos da religião: Maomé e Lutero.

5.1 Maomé, o profeta de Allah

Para ilustrar o uso da polêmica no âmbito religioso, escolhemos duas lideranças que, em momentos distintos da história, utilizaram esse recurso argumentativo para questionar as práticas religiosas vigentes. Essas ações resultaram na fundação de novas confissões religiosas, cisões de outras e escolhas de caminhos que divergiam daqueles nos quais estavam inseridos.

Vamos tratar primeiramente de Maomé que, no século VII, estabeleceu uma polêmica no ambiente cristão e judaico para fundar o Islamismo. Para entender o surgimento e a expansão do Islamismo é preciso conhecer a história do profeta Maomé, seu fundador. Ele nasceu em 8 de junho de 570 d.C., em Meca (Arábia Saudita). Segundo Abdalla (1996), Maomé ficou órfão aos 6 anos de idade e foi adotado por seu tio Abu Talib, que era mercador.

No ano de 610, Maomé orava numa gruta e afirma ter recebido a visita de um anjo, que lhe disse que Allah era o único Deus e ele o seu profeta. Abdalla (1996) comenta que depois disso, Maomé procurou estruturar o Islamismo em Meca, mas sofreu grande rejeição. Diante disso, o profeta resolveu, no ano de 622, se mudar para Medina, junto com a família e seus seguidores. No meio muçulmano, essa mudança de cidade é conhecida como “Hégira” e é reconhecida como o início da “era muçulmana”.

O começo da instalação do Islamismo em Medina, conforme Abdalla (1996, p. 26), não foi fácil, pois “havia um ambiente disperso e conflitivo”. A habilidade política/discursiva de Maomé levou-o a se aproximar de alguns grupos importantes e a adotar certas práticas religiosas para agradar aos judeus. Entre elas estão os rituais de oração do meio-dia, chamada de Adoração (Alquibla), olhando em direção a Jerusalém; e o jejum, cuja data coincidia com o jejum hebreu.

Depois de ganhar credibilidade e aumentar o número de adeptos ao Islamismo, Maomé adotou medidas que o afastaram dos judeus. De acordo com Abdalla (1996), o profeta afirmou que os judeus tinham recebido apenas parte do Livro Sagrado de Deus e que muitas citações bíblicas haviam sido introduzidas, de forma tendenciosa, por rabinos e escribas judeus. Jerusalém também foi excluída das adorações, que passaram a ser feitas voltadas exclusivamente para Meca. O jejum, por

sua vez, foi transferido de data e passou a se chamar Ramadã¹. Foi nessa época que Maomé determinou que todos os muçulmanos deveriam peregrinar a Meca, pelo menos uma vez por ano.

O xeque-mate religioso do profeta foi dado em 630, quando ele decidiu voltar a Meca e convocou seus seguidores para o que chamou de *jihad* (guerra santa). A cidade se encontrava dividida e Maomé conseguiu conquistá-la. O Islamismo foi estabelecido na Arábia e, segundo Abdalla (1996, p. 27), Maomé “deixou de ser o último dos profetas e ser o único recipiente da verdade absoluta”.

Neste período, o próprio Maomé estabeleceu o *kalima* ou profissão de fé de que “só Allah é Deus e Maomé o seu profeta” (ALCORÃO, 1994, p. 684). Ele deveria ser recitado pela população como profissão de fé. Maomé opta pelo dissenso, primeiramente, por determinar que o Deus proclamado por judeus e cristãos tinha, a partir de então, o nome de Allah. Mesmo que os estudiosos islâmicos garantam que é o mesmo Deus, o *kalima* nos leva a crer que Allah é um outro Deus, cujo nome vem da cultura islâmica.

Outro dissenso estabelecido por Maomé foi o de atribuir a si mesmo o papel de profeta. Na argumentação aprendemos que o autoelogio ou a auto-imputação de uma qualidade ou um papel é sempre mais fraco do que se isso for sugerido por outros oradores. Mesmo provocando conflitos, que o levaram a ser chamado de falso profeta, Maomé não se furtou de se autoproclamar profeta. O fundador do Islamismo ainda se valeu da erística ao rebaixar o papel de Jesus Cristo no Cristianismo, de criador e salvador do mundo, para um simples profeta.

A polêmica e os conflitos marcaram a fase inicial do Islamismo e se estenderam após a morte do profeta, já que seus familiares e seguidores não chegaram a um acordo sobre a sua sucessão. Assim surgiram os sunitas (lideranças do Islamismo e seus seguidores, que se articularam para suceder Maomé) e os xiitas (familiares de Maomé, que exigiam sucedê-lo, mas saíram derrotados no processo de sucessão do profeta).

¹ O Ramadã ocorre no nono mês do calendário islâmico. Nesse período, os muçulmanos praticam o jejum ritual, intensificam suas orações e os gestos de caridade. Aqueles que podem se deslocam até Meca, onde oram e participam de celebrações.

5.2 Lutero, o pai da Reforma Protestante

Outro exemplo de polêmica que resultou em profundas alterações no campo religioso foi a Reforma Protestante. O deflagrador do movimento, que desafiou a Igreja Católica, até então detentora do controle exclusivo do Cristianismo, foi o então frei agostiniano Martinho Lutero. Exemplo de sujeito da religião, ele nasceu em 10 de novembro de 1483, em Eisleben (Alemanha).

Conforme Chaunu (2002), Lutero era de natureza inquieta e manifestou ainda jovem uma relação conflituosa com a forma como Deus é tratado por alguns teólogos. Ele discordava, por exemplo, daqueles que mostram Deus como juiz colérico. O autor (2002, p. 77) comenta que para Lutero “a relação de Deus com o homem só pode ser absolutamente gratuita”.

Lutero ingressou na Ordem Agostiniana, em 1505. Depois de estudar um tempo em Roma, o religioso retornou à Alemanha, concluiu seu Doutorado e passou a difundir ideias que, muitas vezes, contrariavam os dogmas e orientações da Igreja Católica. Segundo Chaunu (2002), ele se colocava contra o livre arbítrio na obra da salvação e tentava resgatar ideias agostinianas, abandonadas pela escolástica, como a de que as virtudes humanas, sem a graça, são pecados para Deus.

O religioso também discordava de ações da Igreja Católica, como a cobrança de indulgências para que as pessoas garantissem seu lugar no céu. Tudo isso o levou a desencadear a Reforma Protestante. Isso se deu, em 1517, por meio da fixação de um papel com suas 95 teses, na porta da igreja de Wittenberg (Alemanha).

As críticas e proposições de Lutero, que se espalharam pela Europa com o surgimento da impressão em série, resultaram numa enorme polêmica. Um processo foi aberto no Vaticano para contestar as teses de Lutero e forçá-lo a se redimir. O frade recebeu apoio da monarquia e da burguesia alemãs, recusando-se a reconsiderar sua atitude. O religioso recebeu, então, a pena mais severa que a Igreja Católica imputa aos seus membros: foi excomungado, em 1521, pelo papa Leão X. A excomunhão significa que a pessoa está banida da instituição, não podendo mais presidir celebrações e receber a comunhão. Isso parece não ter abalado Lutero, tanto que a partir daí, o protestantismo se fortaleceu e se expandiu pelo mundo.

6 Análise do corpus

A polêmica instaurada por Maomé, num ambiente religioso dominado pelo Judaísmo e o Cristianismo, obteve êxito. Isso porque o antigo mercador arrebanhou adeptos que levaram adiante a sua proposta e consolidaram o Islamismo. Hábil orador, segundo Armstrong (2004), Maomé se valeu da polêmica para contestar as duas confissões religiosas monoteístas que prevaleciam na época e estruturar o Islamismo. Três décadas após a sua morte, o Alcorão, reunindo as linhas mestras e orientações do profeta, além de orações, foi lançado.

O excerto - 01 é um exemplo do caráter polêmico de partes do Alcorão:

Quando lhes é dito: Crede no que Deus revelou! Dizem: Cremos no que nos foi revelado. E rejeitam o que está além disso (Alcorão), embora seja a verdade corroborante da que já tinham. Dize-lhes: Por que, então, assassinastes os profetas de Deus, se éreis fiéis (Excerto - 01 - Alcorão, Surata 2, vs. 91).

O dissenso marca o excerto - 01, pois há uma clara intenção de desqualificar os judeus. Primeiro, o texto afirma que o Alcorão está “além” da Torá, o livro sagrado do Judaísmo. Para completar, o orador questiona o porquê de os judeus se dizerem crentes na palavra de Deus, tendo em vista que assassinaram os profetas do Cristianismo? Diante disso, os judeus, que utilizam a Torá e não o Alcorão, são declarados infiéis.

Ser acusado de infiel no século VII, quando a escrita do Alcorão foi concluída, era grave. Os infiéis costumavam ser perseguidos e até mortos. A erística também compõe o excerto - 01, já que os judeus são acusados pelo orador de terem assassinado os profetas. É feito um jogo de palavras, que redundava numa falácia: judeus que não creem no Alcorão são os mesmos que assassinaram os profetas do Cristianismo. Isso os torna infiéis e, portanto, devem ser mortos.

Conforme Armstrong (2004), Maomé sabia usar a política ao seu favor e isso foi fundamental para que ele ganhasse credibilidade e se instituisse como sujeito da religião. Depois de migrar de Meca para Medina, o profeta se aproximou de lideranças

judaicas e adotou algumas de suas orientações. No excerto – 01, Maomé evidencia seu afastamento do Judaísmo.

Conflitos e dissidências ocorreram no Islamismo ao longo dos séculos que se seguiram. Em pleno século XXI, houve alguns ataques terroristas contra os Estados Unidos e certos países da Europa, assumidos por grupos radicais que se dizem praticantes do Islamismo. Armstrong (2004) alerta que é incorreto associar a confissão religiosa ao terrorismo, já que o Islamismo autêntico busca a paz e a harmonia.

O excerto - 02, que também recolhemos no Alcorão, reforça o caráter polêmico do livro sagrado do Islamismo:

Terão a mesma sorte do povo do Faraó e dos seus antecessores, que desmentiram os Nossos versículos; porém, Deus os castigou por seus pecados, porque Deus é Severíssimo na punição. (Excerto - 02 - Alcorão, 3ª Surata, vs. 11).

Importante observar que no Excerto - 02, o orador ameaça aqueles que não acreditam no Alcorão de serem castigados por Deus, como ocorreu com “o povo do Faraó e dos seus antecessores”. O uso do pronome pessoal “Nossos” com inicial maiúscula leva o orador, no caso Maomé (a quem é atribuída a autoria do livro sagrado), a se colocar no mesmo nível de Allah, o Deus do Islamismo. Mesmo reconhecendo ser apenas o seu profeta, ele usa o argumento de autoridade para tentar impor a “verdade de fé” do Alcorão.

O polemista não busca o consenso com seus interlocutores, mas o dissenso. Para ele, o mais importante é espalhar o medo e a discórdia para tentar conseguir adeptos para sua causa. É isso que vemos no excerto - 02, no qual o orador deixa claro que aqueles que desacreditarem o Alcorão sofrerão severa punição.

Na segunda parte do excerto - 02, o orador enfatiza o comportamento implacável de Deus em relação aos infiéis, ou seja, ele é “Severíssimo na punição”. Além de estar com inicial maiúscula, Maomé utiliza o advérbio de modo “Severíssimo”, com a clara intenção de destacar a rigidez de Allah. O orador se vale da erística para explicitar a ira de Deus.

O que chama a atenção é que, apesar todas essas polêmicas, o Islamismo é uma das confissões religiosas que, atualmente, conta com mais fiéis no mundo. Segundo Teixeira (2013), o *Pew Research Center* divulgou resultado de pesquisa, realizada em 2012, na qual o Islamismo ocupava a segunda posição no mundo, com 23,2% da população ou 1,6 bilhão de adeptos. No Brasil, o número de muçulmanos é pequeno e, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, congregava 35.167 pessoas. Pinto (2013) alerta, no entanto, que ele vem crescendo de forma expressiva nas últimas décadas. O aumento foi de 21,3% de 1990 para 2000, e de 29,1% deste ano para 2010.

Lutero foi outro notório polemista. Várias de suas teses criticavam o poder papal e a sanha arrecadatória da Igreja Católica, por meio de recursos como a cobrança de indulgências. O excerto - 03 denota o caráter polêmico do documento:

Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda ao cair no cofre das ofertas, a alma sairá voando (do purgatório para o céu). (Excerto - 03 - LUTERO, 1517, tese 27).

A desobediência e a ironia em relação à hierarquia da Igreja Católica marcam o excerto - 03. Ao salientar que “pregam doutrina humana”, Lutero (1517) deixa claro que a cobrança de indulgências não é lei de Deus. Também ironiza e, ao mesmo tempo, acusa a cúpula da Igreja Católica de comercializar a fé. Uma de suas bandeiras de luta era contra a venda de indulgências, que levavam as pessoas, principalmente os ricos, a pensarem que ao fazer o pagamento estavam adquirindo seu lugar no paraíso.

Sem demonstrar interesse em firmar um acordo com a cúpula da Igreja Católica para que ela alterasse sua forma de agir, Lutero chega a brincar com o efeito milagroso do som da moeda caindo no cofre da instituição: no mesmo instante que ele soava, a alma voava para o céu. O uso do verbo “voar” também é polêmico, já que possui um caráter de deboche.

É bom lembrar que dois dos votos que a pessoa faz quando se dispõe a ingressar na Igreja Católica como ministro ordenado são de obediência e pobreza. Sem se preocupar com as reações da Santa Sé, o polêmico Lutero questiona-os de forma irônica e desafiadora. O religioso parece buscar o conflito público com a Igreja Católica. Talvez, desde o início, já tivesse o propósito de romper com a instituição.

No excerto - 04, a erística utilizada por Lutero dá o tom da polêmica que pretendia instaurar:

Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto - como é seu dever - a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem arditosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de São Pedro. (Excerto - 04 - LUTERO, 1517, - Tese 51).

O locutor, no excerto - 04, é tão ousado que adverte o papa, afirmando que é seu dever dar o dinheiro da Santa Sé ao povo expropriado pelos “pregadores de indulgências”. Nem que para honrar esse compromisso, o sumo pontífice precise se desfazer de parte do patrimônio do Vaticano. Como sujeito da religião e apreciador da erística, Lutero não poderia ter sido mais sarcástico e abusado.

Ao utilizar o advérbio “ardilosamente”, para tratar da maneira como os pregadores de indulgências pegam o dinheiro das pessoas, Lutero os chama, indiretamente, de desonestos. Uma das marcas registradas da erística é o uso de insultos e impropérios, pelo orador, para difamar seus opositores. Ele não se incomoda em provar nada e, por isso, abusa das falácias.

Segundo Teixeira (2013), de acordo com relatório do *Pew Research Center*, de 2012, o Cristianismo continua hegemônico, abarcando 31,5% da população mundial. São 2,2 bilhões de adeptos, sendo que metade é católica e 37% de tradição protestante.

Considerações finais

A polêmica, como elemento da argumentação e retórica desenvolvido por Amossy (2017), tem um papel importante no campo religioso. Priorizando o dissenso e valendo-se de debates marcados pela erística, sujeitos da religião conseguiram questionar dogmas, doutrinas e valores de confissões religiosas estabelecidas. Enfrentaram discussões acaloradas, ameaças e punições, que são situações típicas da polêmica.

Uma dessas figuras foi o profeta Maomé, que em meio ao domínio judaico e cristão que imperava no Oriente Médio, no século VII, conseguiu arrebanhar adeptos

para fundar uma nova confissão religiosa. Usou estratégias como a de se mudar de sua terra-natal para outra cidade, na qual encontrou mais apoio e adeptos. Também parece ter “fingido” se aliar aos judeus, adotando algumas de suas práticas, para depois, já fortalecido, desprezá-los e estabelecer a autonomia islâmica.

O ex-frade agostiniano Lutero, por sua vez, usou do conhecimento que tinha da Igreja Católica para, no século XVI, questionar dogmas, doutrinas e normas, como a cobrança de indulgências. Desgastada após os abusos que cometeu durante a Idade Média, a Igreja Católica parece não ter tido habilidade suficiente para conter o religioso dissidente. Apoiado, inicialmente, por parte do clero, pela monarquia e intelectuais alemães, Lutero enfrentou a pressão do Vaticano, debateu com seus representantes e, mesmo excomungado pelo papa Leão X, lançou as bases para que a Igreja Protestante se estruturasse.

Consideramos que a polêmica, como elemento argumentativo e retórico, é essencial para a ruptura da hegemonia religiosa. Líderes religiosos, como Maomé e Lutero, usaram-na com maestria para questionar o poder estabelecido pelas instituições religiosas vigentes e fundar novas confissões ou dissidências para atender os anseios da população da época. Não estabelecemos juízo de valor para dizer que o Islamismo e o Protestantismo têm mais qualidade que o Judaísmo e o Catolicismo, porém não há como negar que Maomé e Lutero, enquanto sujeitos da religião, foram vitoriosos no uso da polêmica para “quebrar” hegemonias no campo da fé.

Referências

- ABDALLA, Rachid. **Conhecendo o Islamismo**. Curitiba: A.D. Santos Editora Ltda, 1996.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. **Cristianismo – 2000 anos de caminhada**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, [1377-1403 a.C.] 2000.
- ARMSTRONG, Karen. **Maomé – uma biografia do profeta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Jason. **Al-Qaeda** – A verdadeira história do radicalismo islâmico. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CENTRO ISLÂMICO BENEFICENTE ÁRABE ISLÂMICO DE FOZ DO IGUAÇU.

Alcorão. Paraná, 1994. Disponível em:

http://www.ligaislamica.org.br/alcorao_sagrado.pdf. Acesso em: 1 de Jul. de 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso** – modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAUNU, Pierre. **O tempo das reformas (1250-1550)** – História religiosa e sistema de civilização. II A Reforma Protestante. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

COSTA, José Silveira da. **Tomás de Aquino** – a razão a serviço da fé. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1993.

DASCAL, Marcelo. Dichotomies and types of debates. In: EEMEREN VAN, Frans; GARSSSEN, Bart (Eds.). **Controversy and confrontation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008, pp. 27-49.

EMEDIATO, Wander (Org.). **A Construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.

EMEDIATO, Wander; FRANCO, Eduardo Assunção. Discurso religioso, argumentação e cognição da fé. In: MELO, Mônica Santos de Souza (Org.). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

FRANCO, Eduardo Assunção; EMEDIATO, Wander (orient.). **Discurso religioso e jornalismo**: estudo contrastivo de jornais católico e evangélicos. Belo Horizonte: Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, 2018.

GNILKA, Joachim. **Bíblia e alcorão** – o que os une – o que os separa. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La polémique et ses définitions. In : GELAS, Nicole ; KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (Edits.) **Le discours polemique**. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 1980, pp. 3-40.

LEWIS, Bernard. **Os assassinos** – Os primórdios do terrorismo no Islã. Tradução Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LUTERO, Martinho. **Debate para esclarecimentos do valor das indulgências**. Igreja de Witenberg, Alemanha, 1517. Disponível:

https://www.luteranos.com.br/lutero/95_teses.html. Acesso em 1 de Jul. de 2020.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. (Orgs.). **Análises do discurso hoje** – vol. 1. São Paulo: Lucerna, 2008.

MEYER, Michel. **Prefácio de Aristóteles ou a retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação** – a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Islã em números – Os muçulmanos no Censo Demográfico de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em Movimento** – o Censo de 2010. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **A filosofia medieval** – Das origens patrísticas à escolástica barroca. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência e Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2006.

SCHOPENHAUER. **A arte de ter razão**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TEIXEIRA, Faustino. O Censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em Movimento** – o Censo de 2010. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WALTON, Douglas. **Lógica informal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ⁱ Pós-Doutorando em Análise do Texto e do Discurso pelo POSLIN/FALE/UFGM. Bolsista PNPd da Capes, supervisionado pelo Professor Doutor Wander Emediato. Belo Horizonte-MG. Brasil.

E-mail: eduardodfranco@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4773596430413291>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1754-7689>.